



Anais da Assembléia

Nº 112

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 11 DE SETEMBRO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB – 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP** – 10: Albanor J. F. Gomes - Duffio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT** – 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; **PTB** – 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL** – 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT** – 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Angelo Vanhoni; **PSDB** – 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; **PPR** – 02: João T. Filho - César A. Seleme; **PSC** – 01: Jocelito Canto.

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.ª LEGISLATURA
ATA DA 83.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 1995
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Berardin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Irineu Colombo, Geraldo Cartário, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessutti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Achando-se ausente o Sr. Deputado Edgard Bueno (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2547

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 327/95, que autoriza o Poder Executivo, firmar convênios com os municípios do Paraná, visando a implantação de redutores de velocidades (lombadas), em frente a todos os estabelecimentos de ensino do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 11.09.95
 (a) ANTONIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO Nº 2548

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 333/95, de autoria deste Deputado, que institui, nas Escolas Estaduais de 1º e 2º Graus, matéria sobre drogas, fumo e álcool, como disciplina obrigatória.

Sala das Sessões, em 11.09.95
 (a) ANTONIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO Nº 2574

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário a formação de uma Comissão Especial, para apurar a situação econômica-financeira dos municípios do Estado do Paraná, composta por sete (07) membros com prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Sala das Sessões, em 11.09.95
 (a) GERALDO CARTÁRIO

Apoiamento: Nelson Justus, Élio Rusch, Algaci Túlio, Beto Richa, Caíto Quintana, Duílio Genari, Péricles de Mello e Sérgio Spada.

REQUERIMENTO Nº 2526

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja solicitado aos Senhores: José Eduardo de Andrade Vieira, Ministro da Agricultura e do Abastecimento e da Reforma Agrária; José Serra, Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República; Pedro Malan, Ministro da Fazenda e Edmar Bacha, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para que autorizem os Bancos repassadores de recursos do FINAME Rural, a prorrogarem para o final do contrato as prestações vencidas e vincendas em 1995, referentes aos financiamentos de investimentos contratados através do FINAME Rural.

Sala das Sessões, em 11.09.95
 (a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A produção brasileira de grãos na última safra aumentou em 75,0 milhões de toneladas para 79,6 milhões de toneladas, porém a receita diminuiu em R\$ 5,0 bilhões, o que comprova os baixos preços recebidos pelos produtos agrícolas.

Os agricultores tiveram perdas de 46,12% entre os meses de maio de 1994 a maio deste ano, assim composta: queda de

Curitiba, segunda, em 11.09.95

renda dos produtores agrícolas de 18,97% mais custo financeiro de outubro a 31 de maio de 27,15% (TR acumulada de 23,389% mais juros de 11% a.a) segundo estudo da OCEPAR - Organização das Cooperativas do Estado do Paraná.

Considerando que os produtores agrícolas só obtiveram 30% da renegociação dos custeios agrícolas, que os financiamentos do FINAME agrícola foram feitos com encargos financeiros de T.R. mais de 11% a.a baseados na capacidade de pagamento da safra agrícola 1994/95, e em função da enorme diferença da renda dos produtos agrícolas, já demonstrado, e os altos custos dos financiamentos é que em 1995 não será possível pagar as prestações vencidas e a vencer, para tanto, solicitamos que as mesmas passem para o final do contrato, resolvendo desta forma a inadimplência momentânea de muitos mutuários, e acreditando que a médio prazo a situação da agricultura nacional se modifique, e os agricultores de nosso País possam tranquilamente pagar seus compromissos bancários pontualmente.

REQUERIMENTO N° 2537

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja transcrito nos Anais deste Poder e formulado à família enlutada um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor João Fonseca Sobrinho, ocorrido ontem, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 11.09.95

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O Senhor João Fonseca Sobrinho, falecido ontem aos 61 anos de idade, foi um dos mais dedicados e exemplares funcionários públicos que o Paraná já teve. Passou grande parte da sua vida dentro da Secretaria da Fazenda, onde ocupou diversas posições, sempre se destacando pela responsabilidade e competência.

Era casado com dona Maria das Graças Santos Sydney Fonseca. O seu passamento entristece a toda nossa sociedade mas, em particular, àqueles que tiveram o privilégio de privar do seu convívio, da sua inestimável colaboração voluntária e inquecível amizade.

REQUERIMENTO N° 2538

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo passamento do Senhor Cláudio Heilborn, ocorrido ontem, na Capital do Estado de São Paulo.

Que do teor do presente dê-se ciência

à família enlutada.

Sala das Sessões, em 11.09.95.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A transcrição do presente voto de profundo pesar é plenamente justificável por tratar-se o Senhor Cláudio Heilborn de pessoa extremamente respeitada na capital paulista e por seus laços familiares com o Governador Jaime Lerner, de quem veio a ser cunhado pelas núpcias contraídas com a Senhora Lea Lerner Heilborn.

Engenheiro reconhecido por sua competência e dedicação, o Senhor Cláudio era também um exemplar chefe de família e um cidadão de acentuada responsabilidade, razão por que o seu passamento abre uma lacuna na vida social paulista, inclusive, difícil de ser preenchida.

REQUERIMENTO N° 2560

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação, nos anais desta Casa, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Eloi Lohmann, ocorrido em 07 do corrente, e que seja encaminhada cópia deste requerimento aos seus familiares.

Sala das Sessões, em 11.09.95.

(a) SÂMIS DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Lamentavelmente Foz do Iguaçu e região Oeste do Estado perdem uma grande figura de destaque naquelas sociedades, conhecido também em todo o Paraná pela sua valorosa contribuição em favor das administrações municipais.

Eloi Lohmann era um estudioso das organizações municipais e atividades técnico-legislativas, tendo publicado inúmeras obras nessas áreas, sendo seu último lançamento efetuado em Foz do Iguaçu e região, no ano de 1993, sob o título "Regime Jurídico Único - a Nova Ordem Constitucional". Entre suas publicações consta ainda "Redação Oficial - Ofício Moderno", lançado em Curitiba pela FAMEPAR e "O Menor Problema Social", lançado em Campos, no Estado do Rio de Janeiro.

Formado em Estudos Sociais pela Universidade Federal do Paraná, ingressou no serviço público em 1977, onde atuou como jornalista, exercendo a Chefia da Comunicação Social da Prefeitura de Marechal Cândido Rondon até 1978. Foi repórter político na Rádio Difusora de Curitiba. Na Assembléia Legislativa trabalhou em 1982, bem como prestou serviços a FAMEPAR e Receita Estadual. Em junho de 1984 foi nomeado Diretor do Departamento de Administração da Prefeitura de Foz do Iguaçu, permanecendo até 1986. No mês de junho de 1994 tomou posse na mesma Prefeitura, onde

respondeu pelo cargo de Secretário Municipal de Administração, até o seu falecimento.

REQUERIMENTO N° 2561

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, conste na ata dos trabalhos de hoje, votos de pesar, pelo falecimento do Senhor João Maria Flizicoski, em 17/08/95.

Pessoa com grande número de amigos, deixa parentes e amigos enlutados.

Requer ainda que a decisão desta Casa seja dada ciência à família enlutada, reside à Rua Avelino Antônio, 126 - Jd. Boa Vista - Ponta Grossa / PR.

Sala das Sessões, em 11.09.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2562

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário conste na ata dos trabalhos de hoje, votos de pesar, pelo falecimento da Senhora Izaura Stolle, em 18/08/95.

Pessoa com um grande número de amigos, deixa parentes e amigos enlutados.

Requer ainda que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, residente à Rua Pedro Zagonel, 1483 - Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 11.09.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2563

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da jovem Muriel Bevervanso, filha do Vereador de Guaratuba, Laufran Bevervanso, ocorrido dia 31 de agosto de 1995.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 11.09.95.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 12 anos, faleceu, em Guaratuba, a jovem Muriel Bevervanso, filha do Vereador Laufran Bevervanso e de Dona Maria do Rocio Bevervanso.

O passamento da Muriel veio abrir enorme lacuna, que jamais será preenchida, no seio da família e de seus amigos.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu, as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um. Sua alma engrandecerá o

Curitiba, segunda, em 11.09.95

Senhor que olhará para a condição humana de sua serva Muriel.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquela juvenzinha que soube conquistar a amizade de todos.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, tem o dever de associar-se à dor que abalou a família Bevervanso, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 2564

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do ator Paulo Gracindo, ocorrido em 04 de setembro/95.

Outrossim, requer, que da decisão da Casa, dê-se ciência à família enlutada, assim como ao Presidente das Organizações Globo, Dr. Roberto Marinho.

Sala das Sessões, em 11.09.95.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Paulo Gracindo, um dos maiores atores do nosso país, faleceu, na Cidade do Rio de Janeiro, em 04/09/95.

O extinto deixa viúva Dona Dulce Xavier da Silva, com quem era casado há 53 anos. Deixou quatro filhos, entre eles o ator Gracindo Júnior e nove netos.

O destino privou seus familiares do seu convívio, assim como toda a nação brasileira, pelos inúmeros personagens por ele representados no rádio, na televisão, no teatro e no cinema. Entretanto, no céu, as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos. Sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de seu servo Paulo Gracindo.

A última aparição de Paulo Gracindo na televisão foi na minissérie "Agosto". Porém, ele permanecerá para sempre na memória do seu grande público, constituído de milhões de brasileiros, pela sua brilhante atuação, sabendo viver o personagem que interpretava.

Acometido que foi, de pertinaz enfermidade que o levou à morte, jamais será esquecido, pois foi o ator por excelência, tanto no teatro, no rádio, na televisão, pois, mesmo contrariando a vontade de seu próprio pai, dedicou-se de corpo e alma ao teatro. Dentre seus importantes trabalhos destaca-se a primeira novela produzida a cores no Brasil, que foi "O Bem Amado", que deverá ser reapresentada em formato de minissérie, como uma homenagem à carreira de Paulo Gracindo.

Curitiba, segunda, em 11.09.95

O passamento do ator Paulo Gracindo veio abrir enorme lacuna, no seio de sua família, bem como de seus amigos e fãs, que será difícil de ser preenchida.

Considerado por seus colegas e pelo público, o grande talento, o ator insubstituível, o ator completo, Pelópidas Guimarães Gracindo, nome verdadeiro do ator, que iniciou sua carreira na década de 30, como locutor da Rádio Tupi, consagrou-se como dublador, radiador em novelas da Rádio Nacional, onde também trabalhou como animador de programas de auditório, no início da década de 50. O sucesso na TV só veio em 1971 com o personagem Tucão, o bicheiro da novela "Bandeira 2".

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a confiança do seu grande público.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Gracindo, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 2569

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Doutor José Luiz Coelho Gomes, ocorrido no dia 05 de setembro do corrente ano.

Outrossim, requer que seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 11.09.95.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

O Doutor José Luiz Coelho Gomes foi um líder da comunidade do litoral do Paraná, principalmente da Cidade de Antonina, onde foi Presidente do Diretório do Partido Trabalhista Brasileiro.

Atuou de forma brilhante no Ministério Público do Estado, se aposentando como Promotor de Justiça.

REQUERIMENTO N° 2517

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER envio de votos de congratulações para a enfermeira paranaense Maria Goretti David Lopes, eleita recentemente Presidente da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEN), no seguinte endereço: Rua Brigadeiro Franco, 1861, CEP: 80420-200.

Sala das Sessões, em 11.09.95.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

É de Londrina a primeira paranaense eleita dia 30 de agosto, do corrente ano,

a Presidente da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEN). A competente profissional Maria Goretti David Lopes, imbuída do desejo de bem representar e defender a sua valorosa categoria foi o nome de consenso entre os colegas de todo o País, certos de que seu espírito de luta fará da entidade que presidirá e do exercício da profissão, motivo de orgulho para todos.

No Brasil, setenta mil enfermeiras e cinquenta mil técnicos em enfermagem formam um contingente que exige uma representação à altura e o respeito da sociedade. Trabalhando com o bem maior do ser humano, a sua vida, esses verdadeiros "anjos da guarda" que são as enfermeiras e suas auxiliares, velam por nossa saúde, motivo suficiente para prestar, a toda categoria esta homenagem na pessoa de Maria Goretti David Lopes.

Deste Deputado e desta Casa, aplausos e congratulações.

REQUERIMENTO N° 2518

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações a Movimento Tradicionalista do Paraná - 1ª Região, alusivos à realização do VII Congresso Tradicionalista Gaúcho do Paraná, nos dias 25, 26 e 27 de agosto próximo passado.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Coordenador da 1ª Região e ao Patrão no M.T.G./PR, Senhores Vergínio C. Negrelle e João de Paula Xavier, respectivamente, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Presidente Farias, 1610, Estrada Parque Castelo Branco, Colônia Faria, Colombo - PR.

Sala das Sessões, em 11.09.95.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2519

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações à CLAC - Cooperativa de Laticínios Curitiba Ltda, alusivos à realização da V EXPOCLAC - Exposição de Gado Leiteiro da CLAC, realizada nos dias 2 e 3 de setembro do corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente da Cooperativa, Senhor Wilson Thiesen, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Claudino dos Santos, 1820, São José dos Pinhais - PR.

Sala das Sessões, em 11.09.95.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2524

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos, ao Município de São Mateus do Sul, pela passagem do seu 87° aniversário de Emancipação Política.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, dê-se ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Argos Fayad, ao Senhor vice-Prefeito, Laurival Mayer, bem como a todos os Senhores Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem toda a população de São Mateus do Sul.

Sala das Sessões, em 11.09.95.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Queremos, neste significativo - 21 de setembro - prestar nossa homenagem a toda população de São Mateus do Sul, que com grande júbilo comemora seus 87° anos de existência politicamente emancipada.

A união de povo e administração municipal juntamente com a representação estadual tem trazido o progresso para o Município de São Mateus do Sul. Pois, cada um fazendo a sua parte tem superado as adversidades e cada vez mais, vem se firmando como município dinâmico e humano. O trabalho em conjunto, a união de forças sempre foram os fatores básicos para as conquistas e benefícios alcançados.

Pelo trabalho diuturno, pela constante dedicação toda a população de São Mateus do Sul é digna de nosso respeito e admiração, pois com muita garra e espírito de luta vem contribuindo para o desenvolvimento cada vez mais expressivo do município.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Parlamento, renova sua gratidão e reconhecimento a toda a população de São Mateus do Sul, na certeza de que continuarão com o mesmo espírito de luta colaborando para o progresso do seu município e grandeza de nosso Estado.

REQUERIMENTO N° 2541

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de congratulações para a Arquidiocese de Cascavel, na pessoa do Arcebispo Dom Armando Ciro, pela ordenação dos Padres Hélio Dalmagro e Valdeci Camilo, ocorrido dia 09 de setembro de 1995, no Município de Catanduvas - PR.

Sala das Sessões, em 11.09.95.

(a) NEREU ALVES DE MOURA

JUSTIFICATIVA:

É importante registrar nos anais dessa colenda Casa de Leis, um acontecimento marcante, sobretudo para a família católica do Oeste do Paraná. É dispensável enfatizar os relevantes serviços prestados à população de todos os municípios pelos padres, freiras e outros religiosos. E num momento difícil, onde a crise arrasta para a miséria e a angústia o sofrido povo brasileiro é imperioso saudar com muito vigor, a ordenação de mais dois sacerdotes. Jovens, idealista, que largam tudo, família, diversão, pretensões, por uma vida, simples, modesta e cheias de obstáculos.

O momento é difícil, por isso é que é preciso comemorar com muito júbilo as ordenações dos jovens Hélio Dalmagro e Valdeci Camilo. Como missionários da palavra de Deus, irão evangelizar, salvar vidas, coordenar, organizar a sociedade, enfim ser uma luz no fim do túnel.

A Arquidiocese de Cascavel, brilhantemente conduzida pelo Decano Arcebispo Dom Armando Ciro, viveu um dia de festa, especialmente a Cidade de Catanduvas, onde ocorreu o sacramento. Nosso desejo é que tanto o Padre Hélio que vai trabalhar na paróquia de Catanduvas, como o Padre Valdeci, que irá trabalhar nos Municípios de Braganey e Iguatu, possam desenvolver tudo o que tem no coração, acalentado durante anos, quando se prepararam para o Ministério de Deus.

REQUERIMENTO N° 2557

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos em Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações a pessoa do Doutor Lubomir Antonio Ficinski Dunin, M.D. Secretário de Estado, extensivo aos Senhores Diretores Sérgio Ferreira de Souza, Roberto Dimas Del Santoro e Manoel Aguiar Filho, da Secretaria Estadual do Desenvolvimento Urbano - SEDU.

Requer, outrossim, seja dada ciência desta decisão aos Senhores homenageados.

Sala das Sessões, em 11.09.95.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O Deputado que subscreve esta moção de congratulações ao Excelentíssimo Secretário de Estado e Senhores Diretores, pelos relevantes serviços e atendimentos dados às Prefeituras e demais entidades do interior do Estado do Paraná e pela harmonia mantida com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano - SEDU.

Graças a seriedade, competência e ampla visão dos problemas que afligem o nosso Estado e atendimento feito pelo Doutor Lubomir Antonio Ficinski Dunin, Secretário

rio de Estado e Diretores do SEDU, estamos caminhando hoje de maneira mais tranqüila e segura, pois somos sabedores dos problemas existentes, quando bem tratados no presente, terão a sua resolução menos trabalhosa no futuro.

REQUERIMENTO N° 2565

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações ao Sindicato de Medicina Veterinária - Paraná, alusivos à passagem do Dia do Veterinário, ocorrido no último dia 9 de setembro do corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente da Associação, Doutor Danilo Silvestre, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Voluntários da Pátria, 475 - Conj. 1209, CEP 80020-916, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 11.09.95.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2566

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações a Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária, alusivos à passagem do Dia do Veterinário, ocorrido no último dia 9 de setembro do corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente da Associação, Senhora Elza Maria Galvão Ciffoni, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Brasília Itiberê, 356, CEP 81210-060, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 11.09.95.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2567

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações ao Conselho Regional de Medicina Veterinária - Paraná, alusivos à passagem do Dia do Veterinário, ocorrido no último dia 9 de setembro do corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente do CRMV-PR, Doutor Paulo Alfredo Miranda, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Brasília Itiberê, 356, CEP 81210-060, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 11.09.95.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2570

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder, votos de congratulações ao Juiz de Direito Doutor João Kopytowski e ao Promotor de Justiça Doutor Edilberto de Campos Trovão, titulares do 2° Tribunal do Júri da Comarca de Curitiba, pela realização do I Encontro Nacional de Tribunais do Júri, nesta Capital, no último dia 02 de setembro.

Sala das Sessões, em 11.09.95.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Reunindo autoridades de todo o Brasil, o I Encontro Nacional de Tribunais do Júri, realizado em Curitiba, discutiu o instituto do júri sob os mais variados pontos de vista, concluindo pela necessidade premente de se apoiar a reforma do processo penal, conforme proposta já encaminhada ao Congresso Nacional.

Também decidiu-se pela urgência na aceitação de recursos audiovisuais à modernização e agilização da prestação jurisdicional do Estado à população.

A realização desse importantíssimo conclave de âmbito nacional não teria, porém, sido possível sem a dedicação, persistência e denodo do Juiz João Kopytowski e do Promotor Edilberto de Campos Trovão, titulares do 2° Tribunal do Júri de nossa Capital. Esses dois bravos homens do mundo jurídico paranaense muito têm se esforçado para levar em frente o lema "Justiça Moderna: mais célere, mais justa", razão porque são inteiramente merecedores da presente homenagem.

REQUERIMENTO N° 2571

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja formulado e inserido na Ata dos trabalhos deste Poder, voto de congratulações ao jornal "Indústria & Comércio" desta Capital, pela comemoração no último dia 02 de setembro, dos seus 19 anos de circulação.

Sala das Sessões, em 11.09.95.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

"Manter o leitor corretamente informado, assumindo o compromisso de ser um veículo de comunicação moderno, que atenda amplamente a comunidade, oferecendo todas as oportunidades de avaliação e participação no dia-a-dia do mundo econômico, financeiro, social e político" - segundo o Doutor Odone Fortes Martins, Diretor Presidente do jornal, ao alcançar a marca de

seus 19 anos, o I&C reafirma esta missão, preocupado em preparar-se para desenvolvê-la no futuro. Por isto, neste ano, o jornal passou por uma significativa reformulação editorial, que acabou por garantir-lhe maior qualidade ainda.

No momento em que o I&C aproxima-se do final da 2.^a década de vida, não poderia este Poder deixar de associar-se às numerosas manifestações de regozijo por mais um aniversário.

Temos a certeza de que a data repetir-se-á por muitos e muitos anos, sempre associada ao compromisso de bem informar aos seus leitores, primando pela correção nas publicações a que dá lugar.

Diante disso é que pedimos sejam formulados votos de congratulações ao I&C, na pessoa do seu Presidente, o bravo jornalista e empresário Odone Fortes Martins, pela importante marca alcançada pelo jornal que dirige.

REQUERIMENTO N° 2520

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de regozijo pela passagem do Dia da Imprensa, a ser comemorado no próximo domingo, dia 10 de setembro.

Sala das Sessões, em 11.09.95

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

Dia 10 de Setembro é comemorado o Dia da Imprensa.

Originariamente, a máquina de imprimir livros, revistas e jornais ou qualquer outro impresso, inventada pelo alemão John Gutenberg, em 1.440, é que era chamada de Imprensa.

Mais tarde o nome IMPRENSA foi dado ao conjunto de jornais e revistas, enquanto os profissionais da área passaram a ser conhecidos como jornalistas.

Com o surgimento da televisão, a expressão "imprensa" ganhou novas variações, sendo conhecida como imprensa escrita, imprensa falada e imprensa televisivada, deixando de ser apenas do jornal, mas também dos outros meios de comunicação das massas.

Dada sua extraordinária penetração a Imprensa detém um dos mais importantes poderes da humanidade: o poder da persuasão. Com ampla liberdade, nas grandes democracias, ela está em constante vigília, mostrando erros, denunciando fraudes e atos de corrupção, servindo enfim como verdadeira sentinela dos direitos da população, capaz até mesmo de derrubar governos inescrupulosos, como recentemente aconteceu.

As idéias, os princípios e os concei-

tos emitidos pela Imprensa, têm profunda penetração junto ao povo, razão pela qual nos associamos nesta ocasião com a classe dos jornalistas, desejando que essa poderosa força que é a Imprensa, seja sempre dirigida para o bem e para o aprimoramento da humanidade.

REQUERIMENTO N° 2536

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulação com a população de Altônia, pelo transcurso do 29° aniversário de emancipação política daquele importante e progressista município.

Altônia através da Lei n° 4.925, de 10 de setembro de 1964, foi elevado à categoria de Distrito Administrativo e Judiciário.

Em 14 de setembro de 1966, através da Lei sob n° 5.394 foi elevado à categoria de Município, desmembrando-se do Município de Xambrê.

Quando completa 29 anos de sua emancipação política, o Município de Altônia se situa hoje entre os mais progressistas de nosso Estado.

Requer-se que da decisão desta Casa seja dada ciência à Câmara Municipal de Vereadores de Altônia, como lídima representante da população do município.

Sala das Sessões, em 11.09.95

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO N° 2575

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja consignado nos Anais desta Casa, votos de louvor, congratulações e muito aplauso à Comissão Organizadora da 1.^a Mostra Comercial, Industrial e Cultural da Grande Pioneiro, nas pessoas de Alceu Dal'Bosco, Presidente e os membros, Carmem Ost, Luiz Basei, Bernardino Donasolo, Domizete Tavares, João Soares e Amilton de Almeida.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao Presidente da Comissão Organizadora, Sr. Alceu Dal'Bosco, com endereço à Rua dos Pioneiros, n° 1201, CEP: 85.910-080, Toledo - Paraná.

Sala das Sessões, em 11.09.95

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Merecedora de registro e congratulações desta Casa, a feliz iniciativa dos integrantes da Comissão Organizadora, que em conjunto com lideranças empresariais e

comunitárias, autoridades e moradores, realizaram a 1.^a Mostra Comercial, Industrial e Cultural da Grande Pioneiro.

A Grande Pioneiro, como hoje é denominada a região mais populosa da cidade de Toledo, é composta por 9 (nove) Associações de Moradores, que integram todos os bairros e formam a maior concentração de população.

A soma de esforços, organização e planejamento, muito trabalho e responsabilidade, possibilitou à Grande Pioneiro realizar esta mostra de todo o seu potencial, a força de seu comércio, de sua indústria, do setor de prestação de serviços e as suas hoje grandes manifestações culturais.

Uma verdadeira demonstração da força do trabalho, que supera todas as adversidades e crises econômicas que hoje vivenciamos em nosso País, Toledo, com sua brava gente da Grande Pioneiro deu um grande exemplo.

Milhares de pessoas visitaram a 1.^a Mostra, onde puderam constatar a força econômica desta região, quando 41 (quarenta e uma) empresas ali instaladas e produzindo, expuseram o resultado do seu trabalho e produção, que tanto engrandecem Toledo, tanto na oferta de emprego, como na geração de riquezas e impostos ao nosso Estado do Paraná.

Um verdadeiro sucesso a realização desse tão importante evento, que com absoluta certeza se tornará tradicional na região, e com sucesso redobrado.

Parabéns à Comissão Organizadora, empresas, lideranças comunitárias, autoridades e em especial ao povo ordeiro e trabalhador da Grande Vila Pioneiro - Toledo.

REQUERIMENTO N° 2572

Senhor Presidente.

O Deputado que firma este requerimento, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado os cumprimentos desse Poder à Senhorita Sandra Pletsch, do Município de Quatro Pontes, pela conquista do Título de Miss Paraná/95, no último sábado, dia 02 de setembro, na Cidade de Campo Largo, neste Estado.

Sala das Sessões, em 11.09.95

(a) ÉLIO RUSCH

REQUERIMENTO N° 2531

Senhor Presidente.

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado Deputado com assento nesta Casa, REQUER à Mesa, seja oficiado ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Deni Lineu Schwartz, solicitando ao mesmo que informe à Assembléia sobre a possibilidade daquela secretaria fornecer massa asfáltica para a pavimentação

do pátio interno do prédio da Fundação Nacional de Saúde, em Maringá, conforme orçamento apenso.

Trata-se de reivindicação do mencionado órgão, tendo em vista que o montante de recursos colocados à disposição da Coordenação da Fundação Nacional de Saúde no Paraná exigiu não fosse incluída a parte relativa à pavimentação daquele pátio, inclusive em função de contingenciamento pelo Ministério da Saúde. Essa situação tem criado muitos transtornos aos usuários da citada Fundação, motivando a necessidade de uma solução urgente quanto à referida pavimentação.

Sala das Sessões, em 11.09.95

(a) EMERSON NERONE

REQUERIMENTO N° 2539

Senhor Presidente.

Respeitadas as disposições constitucionais e regimentais, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa, REQUER à Mesa, seja oficiado ao Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Raimundo Wahrhaftig, solicitando ao mesmo que informe à Assembléia Legislativa a existência de previsão visando à ampliação do prédio da Escola Estadual Marco Antonio Pimenta, situada à Rua José Bulla, n° 187, no Jardim Internorte, na Cidade de Maringá.

Trata-se de reivindicação daquela comunidade objetivando o atendimento a maior número de alunos, evitando sobretudo que os mesmos sejam obrigados a grandes deslocamentos para ter acesso a esse benefício. A distância em questão favorece a evasão escolar, motivo pelo qual se espera providências no sentido de ampliar esse atendimento essencial e de competência do Estado.

Sala das Sessões, em 11.09.95

(a) EMERSON NERONE

REQUERIMENTO N° 2540

Senhor Presidente.

Conforme dispõe o Regimento Interno, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa, Requer à Mesa, seja oficiado ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Cândido Martins de Oliveira, solicitando ao mesmo que envie a esta Casa cópia autenticada do Estatuto da Associação dos Advogados do DETRAN/PR, bem como da legislação que autoriza o recolhimento de taxa de honorários a essa Associação em razão de serviços ou acordos efetivados com o DETRAN/PR.

Cabe destacar que as informações solicitadas serão utilizadas para esclarecimento público.

Sala das Sessões, em 11.09.95

(a) EMERSON NERONE

REQUERIMENTO N° 2521

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar a ida de um policial de trânsito, na Voluntários da Pátria, esquina com Emiliano Pernetá, ponto de táxi nº 19. Ocorre que no período da manhã, o espaço para os treze carros é ocupado por caminhões de carga e descarga, impedindo-os de estacionar no ponto e dificultando o trabalho.

O pedido está sendo feito pelos taxistas que pedem solução para o referido problema.

Sala das Sessões, em 11.09.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2522

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de proceder reparos e se possível anti-pó, na Rua Alcilio Chula, no Jardim Ipê, em São José dos Pinhais. Segundo os moradores esta rua está cheia de buracos e a colocação de anti-pó seria de grande benefício para todos.

Sala das Sessões, em 11.09.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2523

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente a Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, no sentido de atender o pedido dos moradores do Conjunto Moradias Paraná, Jardim da Ordem - Curitiba, que estão solicitando telefone público nas proximidades da Rua E.

Segundo os moradores, esse conjunto está sem telefone, dificultando assim a vida da população. Pedem urgência nesse benefício.

Sala das Sessões, em 11.09.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2525

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública de Rondônia, Senhor Wanderlei Mosini, solicitando esclarecimentos com relação a trágica morte do agricultor Sérgio

Rodrigues Gomes, o "Sérgio Tempestade".

Do aprovado, requer ainda, seja comunicado a Senhora Terezinha Gomes, funcionária do Instituto Ambiental do Paraná, lotada no Escritório Regional de Pato Branco, que é mãe do agricultor falecido.

Sala das Sessões, em 11.09.95.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

Existem fortes indícios de que o corpo encontrado pela Polícia do Estado de Rondônia, seja do agricultor paranaense Sérgio Rodrigues Gomes.

Sua mãe, Dona Terezinha Gomes, reside no Paraná, no Município de Pato Branco, é funcionária do Instituto Ambiental do Paraná, e encontra-se em situação desesperadora diante do desaparecimento de seu filho Sérgio, pois não há até a presente data, confirmação oficial na identificação do referido agricultor, por parte das autoridades policiais do Estado de Rondônia.

REQUERIMENTO Nº 2542

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de profundo pesar, pelo falecimento do jovem Marcos Modena, do Município de Jesuítas - PR.

Requer ainda, que o teor do presente, dê-se ciência ao Senhor João Mezzon na Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em 11.09.95.

(a) NEREU ALVES DE MOURA

JUSTIFICATIVA:

O extinto jovem, pertencia a tradicional família de Jesuítas. Seu passamento irreparável, veio abrir lacuna no seio da família e amigos. O tempo jamais poderá apagar de nosso coração, a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Por intermédio deste Deputado, a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Modena, endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 2543

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, que inclua na estrutura do Serviço de Assistência Judiciária do Estado, serviços de assistência jurídica ao consumidor carente conforme o preconizado no Art. 5º - Inciso I, da Lei nº 8.078 de 11/09/90 - Código do Consumidor.

Sala das Sessões, em 11.09.95.

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

No dia 11 de setembro de 1990 foi sancionada a Lei nº 8.078 que dispõe sobre a proteção e defesa do consumidor.

Seu objetivo é o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo.

Como forma de execução dessa política, a lei prevê a criação pelos governos de vários mecanismos, dentre eles:

- Serviços de assistência jurídica ao consumidor carente.

Decorridos cinco anos da vigência desta lei, ainda não foram criados em nosso Estado, tais mecanismos.

Em São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, tais mecanismos já estão à disposição da sociedade com resultados satisfatórios.

Diante disso, como o Paraná passa por momentos de grandes transformações, estruturando-se para atender as aspirações do seu povo, impõe-se a criação deste importante mecanismo de defesa da população como forma de proporcionar a nossa gente o efetivo exercício da sua cidadania.

REQUERIMENTO Nº 2544

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública que crie em todas as Subdivisões Policiais do Interior do Estado, Delegacias Especializadas no Atendimento de Consumidores vítimas de infrações penais de consumo, conforme Art. 5º - Inciso III, da Lei nº 8.078 de 11/09/90 - Código do Consumidor.

Sala das Sessões, em 11.09.95.

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

No dia 11 de setembro de 1990 foi sancionada a Lei nº 8.078 que dispõe sobre a proteção e defesa do consumidor.

Seu objetivo é o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo.

Como forma de execução dessa política, a lei prevê a criação pelos governos de vários mecanismos, dentre eles:

- Delegacias Especializadas no Atendimento de Consumidores vítimas de infrações penais de consumo.

Decorridos cinco anos da vigência desta lei, ainda não foram criados em nosso Estado, tais mecanismos.

Em São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, tais mecanismos já estão à disposição da sociedade com resultados satisfatórios.

Diante disso, como o Paraná passa por momentos de grandes transformações, estruturando-se para atender as aspirações do seu povo, impõe-se a criação deste importante mecanismo de defesa da população como forma de proporcionar a nossa gente o efetivo exercício da sua cidadania.

REQUERIMENTO Nº 2545

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná solicitando que ao remeter à Assembleia Legislativa, projeto relativo à criação dos Juizados Especiais de Pequenas Causas, nele inclua Varas Especializadas para solução de litígios de consumo na forma preconizada pelo Art. 5º - Inciso IV da Lei nº 8.078 de 11/09/90 - Código do Consumidor.

Sala das Sessões, em 11.09.95.

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

No dia 11 de setembro de 1990 foi sancionada a Lei nº 8.078 que dispõe sobre a proteção e defesa do consumidor.

Seu objetivo é o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo.

Como forma de execução dessa política, a lei prevê a criação pelos governos de vários mecanismos, dentre eles:

- Varas Especializadas para solução de litígios de consumo, na forma preconizada pelo Art. 5º - Inciso IV da Lei nº 8.078 de 11/09/90 - Código do Consumidor.

Decorridos cinco anos da vigência desta lei, ainda não foram criados em nosso Estado, tais mecanismos.

Em São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, tais mecanismos já estão à disposição da sociedade com resultados satisfatórios.

Diante disso, como o Paraná passa por momentos de grandes transformações, estruturando-se para atender as aspirações do seu povo, impõe-se a criação deste importante mecanismo de defesa da população como forma de proporcionar a nossa gente o efetivo exercício da sua cidadania.

REQUERIMENTO N° 2568

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, solicitando que informe o andamento do procedimento destinado a regulamentar as atividades da Defesa do Consumidor pelo PROCON Estadual, bem como a programação de instalação dos PROCONS municipais.

Sala das Sessões, em 11.09.95.

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

No dia 11 de setembro de 1990 foi sancionada a Lei n° 8.078 que dispõe sobre a proteção e defesa do consumidor.

Seu objetivo é o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo.

Como forma de execução dessa política, a lei prevê a criação pelos governos de vários mecanismos, dentre eles:

- Regulamentar as atividades de Defesa do Consumidor pelo PROCON Estadual.

Decorridos cinco anos da vigência desta lei, ainda não foram criados em nosso Estado, tais mecanismos.

Em São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, tais mecanismos já estão à disposição da sociedade com resultados satisfatórios.

Diante disso, como o Paraná passa por momentos de grandes transformações, estruturando-se para atender as aspirações do seu povo, impõe-se a criação deste importante mecanismo de defesa da população como forma de proporcionar a nossa gente o efetivo exercício da sua cidadania.

REQUERIMENTO N° 2546

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições (art.129 e seguintes do Regimento Interno), REQUER o encaminhamento de expediente ao Doutor Deni Lineu Schwartz, Mui Digno Secretário dos Transportes, solicitando a liberação de recursos para equipar o Aeroporto do Município de Paranavaí, com aparelhos necessários à realização de vôos noturnos, em Paranavaí.

Sala das Sessões, em 11.09.95.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Município de Paranavaí já conta com Aeroporto dotado de pista com 2.000 metros e asfalto de ótima qualidade.

Atualmente encontra-se com dificuldades para operar à noite, devido a falta de

sinalização elétrica da pista, cabeceiras e pista de taxi de ligação, farol rotativo de 15 m de altura e grupo gerador de energia com acionamento automático.

Neste município se faz necessário a liberação de recursos para dotar o Aeroporto de Paranavaí com toda a rede de iluminação, possibilitando a operação de vôos noturnos, não só de aeronaves particulares, bem como comerciais.

Empresas de transporte aéreo, interessam em realizar vôos comerciais noturnos na região, mas estão impedidas face o precário estado do aeroporto neste horário.

O Ministério da Aeronáutica, através do V Comando Aéreo Regional (COMAR), sediado em Porto Alegre - RS, homologou a liberação de vôos noturnos, nos aeroportos de Apucarana, Campo Mourão, Guarapuava e Francisco Beltrão. A previsão até o final do ano é liberar-se os aeroportos de Pato Branco, Guaíra e Umuarama.

Nota-se que municípios de menor porte que Paranavaí, já contam com este serviço prestado à população.

Por isso, solicita a Vossa Excelência a liberação de recursos para aparelhar o Aeroporto de Paranavaí com todos os equipamentos necessários à realização de vôos noturnos.

Solicita, outrossim, a elaboração de projeto pelo Departamento Hidro-Aero-Ferrovário, para Paranavaí.

REQUERIMENTO N° 2550

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente a Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de colocar poste de iluminação na Rua Santos Dumont, esquina com Guilherme Rodbard.

O pedido está sendo feito pelos moradores, que reclamam do escuro que fica este local, e que a noite o cuidado é redobrado.

Sala das Sessões, em 11.09.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2551

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, no sentido de instalar um telefone público em frente a Merceria Kape-Luz, na Rua Doutor Jair de Lima Gavaert, 400, no Bairro Novo, no Sítio Cercado.

Os moradores desta região não contam com nenhum telefone nas proximidades, e a instalação do mesmo em frente a esta mer-

cearia seria de muita utilidade para todos.

Sala das Sessões, em 11.09.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2552

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Cândido Manoel Martins de Oliveira, solicitando a liberação de uma viatura policial para o Município de Imbituva.

A presente solicitação, visa oferecer aos munícipes, um bom atendimento quanto a segurança pública, pois a Delegacia de Polícia do Município de Imbituva, vem encontrando dificuldades na locomoção dos policiais quando solicitados, devido o estado precário da única viatura que dispõe.

Sala das Sessões, em 11.09.95.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2553

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Deni Lineu Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando o término da construção do acostamento na PR-153, trecho entre os Municípios de Irati e Rebouças.

Trata-se de reivindicação do Vereador Renato Mikos Cabral, ao qual somamos nosso total apoio, por entendermos a real importância deste pedido, que tem o objetivo de evitar acidentes graves neste trecho, onde trafegam além de veículos pesados, carros de passeio, tratores e máquinas agrícolas.

Sala das Sessões, em 11.09.95.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2554

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Armando Martinho Mardou Raggio, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de recursos financeiros ao Hospital de Caridade São Pedro, do Município de Mallet.

Trata-se de reivindicação da diretoria deste Hospital, através do seu Presidente, Senhor Eugenio João Musial e do Prefeito Municipal, Senhor César Loyola Flenik, que contam com nosso apoio, pois, este Hospital vem encontrando sérias dificuldades quanto sua manutenção. Realmente é uma si-

tuação de quase falência, por tratar-se de uma entidade filantrópica que atende pessoas carentes, e a continuidade na prestação destes serviços depende da obtenção de recursos.

Sala das Sessões, em 11.09.95.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2558

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Jaime Lerner, Mui Digno Governador do Estado, solicitando a elaboração de estudos, visando a implantação com a maior urgência possível, de um Programa Emergencial "Frente de Trabalho", para atender as famílias de bóias-frias, na contratação para limpeza de meio-fio e de "boca de lobo" nas rodovias estaduais.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado aos Senhores Prefeitos Municipais: Elias Pereira da Silva (Alto Piquiri, CEP 87580-000); Jonas Xavier Pinto (Altônia, CEP 87550-000); Moysés Mendes Sanches (Cafetal do Sul, CEP 87567-000); José Antonio de Castro (Cruzeiro do Oeste, CEP 87400-000); Manoel Ribeiro de Oliveira (Douradina, CEP 87485-000); José Orlando Romeiro (Engenheiro Beltrão, CEP 87270-000); José Delapria (Francisco Alves, CEP 87570-000); Salvador Caetano da Silva (Iporã, CEP 87560-000); Senhora Elmida Panazzolo (Ivaté, CEP 87519-000); Jessé Batista Correa (Maria Helena, CEP 87480-000); José Braz Brilhante (Mariluz, CEP 87470-000); Luiz Sorvos (Nova Olímpia, CEP 87490-000); Gentil Scalco (Pérola, CEP 87540-000); Aparecido Faleiros (São Jorge do Patrocínio, CEP 87555-000); Pedro Lopes (Xambrê, CEP 87535-000); Wilson Lucena (Tapira, CEP 87830-000); Antonio Romero Filho (Umuarama, CEP 87501-130); aos Presidentes das Câmaras dos respectivos Municípios e ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Des. Munhoz de Mello, 3800, cj. 101 - Ed. Centro Comercial, CEP 87501-190 - Umuarama).

Sala das Sessões, em 11.09.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A Região Noroeste conta como base de sustentação sócio-econômica, as atividades agrícolas, cujo setor é o responsável pelo emprego direto e indireto de centenas de pessoas.

Diante da séria estiagem que já perdura há mais de 90 dias e que deixa o trabalhador volante (bóia-fria) e sua família em sérias dificuldades de sobrevivência, é de vital importância a viabilização de uma "frente de trabalho" para proporcionar ao trabalhador braçal uma alternativa de sus-

Um programa dessa grandeza, com a participação do Governo do Estado, Prefeituras Municipais, Sindicatos da Categoria, Associações dos Trabalhadores Rurais, orientado e acompanhado pelo DER, amenizará a difícil situação dessas famílias, dando-lhes uma perspectiva de vida melhor.

REQUERIMENTO Nº 2559

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Cândido Manuel Martins de Oliveira, Mui Digno Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a liberação de 02 (duas) viaturas para a Polícia Civil do Município de Umuarama.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Antônio Romero Filho, Prefeito Municipal de Umuarama (Av. Rio Branco, 3717 - CEP 87501-130); ao Vereador Genésio Alves da Silva, Presidente da Câmara Municipal (Av. Maringá, 4863 - CEP 87502-080); ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Av. Munhoz de Mello, 3800 - cj. 101 - Ed. Centro Comercial, CEP 87501-190, Umuarama).

Sala das Sessões, em 11.09.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A reivindicação em questão objetiva proporcionar à Polícia Civil de Umuarama meios de realizar seu trabalho com maior eficiência, no sentido de assegurar a ordem pública, garantindo conseqüentemente tranquilidade e segurança àquela população.

Para que todos os organismos vinculados à segurança pública de Umuarama, possam contar com uma estrutura operacional à altura do porte da cidade e com capacidade para atender a demanda, torna-se imprescindível a destinação de duas viaturas devidamente equipadas com perfeitas condições de uso.

REQUERIMENTO Nº 2555

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER, pedido de informações à Secretaria de Estado dos Transportes, no que diz respeito ao Terminal Graneleiro da Centro Sul, localizado em situação privilegiada, nas instalações do Porto de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 11.09.95.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 352/95

Curitiba, segunda, em 11.09.95

**A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná**

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Professor Flavio Arns.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.09.95.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O Professor Flavio Arns, hoje Deputado Federal pelo nosso Estado, pelo PSDB, em seu segundo mandato, ocupou o cargo de Professor das UFPR, PUC; foi Diretor do Departamento de Educação Especial da Secretaria Estadual de Educação de 1983 a 1990, onde teve uma atuação impecável em relação à educação da pessoa portadora de deficiência, implantou em mais de cem (100) municípios do Estado junto as APAEs os convênios que propiciam condições de atendimento pedagógico nas Escolas Especiais.

É formado em Letras pela PUC Curitiba, Direito pela UFPR, mestrado em Letras e Linguística Northwestern Universidade USA, 1976 à 1980.

Eleito Presidente Nacional das APAEs em 1990 a 1994, onde difundiu e expandiu o Movimento Apaeano no Brasil, consolidando ainda mais o maior movimento comunitário do mundo.

Atividades Parlamentares: CD: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática: Suplente, PSDB, 1991-1993 Comissão de Educação, Cultura e Desporto: Titular, PSDB, 1991-1994 CPI, Violência no Campo: Titular, PSDB, 1992; CPI Extermínio de Crianças e Adolescentes: Titular, PSDB, 1992; Comissão Especial Externa Fiscalizar e Controlar Atos do Poder Executivo: Suplente, PSDB, 1992; Liderança do PSDB: vice-Líder, 1993-1994; Comissão Especial Política Nacional de Habitação: Titular, PSDB, 1993-1994; Comissão de Agricultura e Política Rural: Suplente, PSDB, 1994.

No Congresso Nacional têm sido o maior defensor dos direitos da pessoa portadora de deficiência: esta caminhada pela causa lhe garantiu a Ordem Nacional do Mérito Educativo, Grande Oficial Ministério da Educação e Vulto Emérito de Curitiba em 1994.

PROJETO DE LEI Nº 353/95

**A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná**

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a implantar o Serviço Social em estabelecimentos escolares pertencentes à Rede de Ensino Estadual com mais de duzen-

tos (200) alunos.

Art. 2º - O Serviço Social objeto desta lei atuará no sentido de proporcionar à escola uma visão ampla da realidade social em que se integra o aluno, dinamizando e orientando as relações entre o mesmo, a família, a escola e a comunidade.

Art. 3º - A coordenação, o planejamento e a execução das atividades a que se refere o artigo anterior caberão a bacharéis em Serviço Social, obedecida a regulamentação profissional.

Art. 4º - As despesas com a execução desta lei correrão por conta de dotações próprias do Orçamento do Estado.

Art. 5º - Esta lei será regulamentada em 90 (noventa) dias, ouvido o Conselho Regional de Assistentes Sociais.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.09.95.

(a) PÉRICLES DE MELLO

Apoio: Emerson Nerone e Doutor Rosinha.

JUSTIFICATIVA:

"A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". (Art. 205, Constituição Federal e Art. 177, Constituição do Estado do Paraná).

Em projeto realizado pelas Assistentes Sociais Iracema Cerioli, Almoda V. L. de Athayde e Leonilda R. Nogueira, intitulado "O Assistente Social e a Evasão Escolar", as mencionadas profissionais pesquisaram junto ao Sistema de Informações Educacionais SIE/SEED-FUNDEPAR e constataram o alarmante número de 216.060 alunos de 1º e 2º graus da rede estadual de ensino que abandonaram a escola por causas desconhecidas nos anos de 1992 e 1993. O número em si já é alarmante e mais alarmante ainda por não haver nenhum acompanhamento para se identificar as causas dessa evasão.

O Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina desenvolveu de março de 1991 a agosto deste ano, o projeto "Atuação do Serviço Social na Área Escolar", coordenado pela Professora Cláudia Neves da Silva, junto ao Colégio Estadual Dario Vellozo e Escola Estadual Humberto Piuggari Coutinho, ambos em Londrina. As duas escolas solicitaram os serviços daquela Universidade face ao elevado número de alunos que apresentava

problemas de uso de drogas, baixo rendimento escolar, agressividade, indisciplina, elevado número de reprovação e de evasão escolar.

O Serviço Social em estabelecimentos escolares visa exatamente diagnosticar, analisar, encaminhar e acompanhar os problemas detectados nas escolas com o objetivo de saná-los ou, ao menos, diminuí-los, atuando de forma preventiva, sempre que possível.

Temos certeza que a atuação do profissional de Serviço Social, junto com os demais profissionais que já trabalham nas escolas, será de fundamental importância para diminuir os problemas que surgem e reduzir a repetência e a evasão escolar.

Para melhor esclarecimento dos Senhores Deputados, estamos anexando cópia dos trabalhos acima citados.

Contamos com o apoio e aprovação dos nobres Pares deste Legislativo para o presente projeto, que tem a finalidade primordial de garantir a educação para todas as nossas crianças e jovens, como determinam as nossas Leis Maiores.

PROJETO DE LEI Nº 354/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Missão Evangélica Ágape - Paraná", com sede e foro na Cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, e com representação na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.09.95

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição visa declarar de Utilidade Pública a filial estadual da Missão Evangélica Ágape - Paraná, com sede e foro na Cidade de Belo Horizonte, e instalada na Cidade de Curitiba, Rua Ébano Pereira, 164, loja 5.

A referida entidade tem por finalidade precípua a pregação do Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo, bem como a organização e manutenção de orfanatos e creches, oferecendo educação escolar de crianças e assistência espiritual.

Isto posto, considerando justa a declaração da presente entidade, solicitamos o apoio dos nobres Pares, à aprovação do referido Projeto de Lei, que ora apresentamos.

PROJETO DE LEI Nº 355/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a doar ao Município de Bituruna, Estado do Paraná, área de 15 alqueires, registrada no Livro de Transmissão "3X", às folhas nº 132, sob nº 22.624, datado de 18 de dezembro de 1956, do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória.

Art. 2º - O imóvel objeto desta doação fica gravado, com cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, passando a fazer parte do patrimônio do Município de Bituruna.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.09.95

(a) ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Lei que ora propomos, tem por objetivo autorizar o Executivo Estadual a doar área de 15 alqueires ao Município de Bituruna.

A iniciativa prende-se ao fato de que esta área é utilizada em regime de comodato pela Prefeitura Municipal de Bituruna.

As atividades desenvolvidas neste local são diversas, entre elas destacam-se um parque e reserva ambiental; também existe horto florestal e horta comunitária. Da mesma forma, parte desta área destina-se à Exposição e demais atividades recreativas.

A pretensão vem de encontro aos interesses do Estado, do Município de Bituruna e da população.

PROJETO DE LEI Nº 356/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública a Assistência Social Evangélica de Mandaguauçu, do Município de Mandaguauçu, no Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.09.95

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

A Assistência Social Evangélica de Mandaguauçu foi fundada em 01 de dezembro de 1994, com a finalidade de identificar, avaliar a situação do carente, para poder auxiliá-lo com os recursos disponíveis, evitando efetuar despesas desnecessárias.

Durante todo o período de após fundação, a entidade tem cumprido fielmente os objetivos a que se propôs, tendo inclusive, alargado sua esfera de atendimento,

Curitiba, segunda, em 11.09.95

proporcionando, na medida do possível, boas condições de atendimento aos carentes.

PROJETO DE LEI Nº 357/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Honório Fagan - Ensino de 1º Grau, com sede e foro na Cidade de Florai.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.09.95

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Honório Fagan, Ensino de 1º Grau, é pessoa jurídica de direito privado, sem finalidade lucrativa, tendo seu estatuto devidamente registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, Cartório de Títulos e Documentos de Nova Esperança, em 03 de novembro de 1988.

Sua Diretoria não é remunerada (art. 2º do estatuto) e no caso de sua dissolução, seu patrimônio será revertido em benefício da assistência ao educando (art. 38 do estatuto).

Através da Lei Municipal nº 778/95, foi reconhecida de Utilidade Pública pelo Município de Florai.

A documentação ora anexada comprova terem sido atendidas as exigências da Lei nº 6.994, razão pela qual esperamos o apoio da Casa ao presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 358/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Urbano Pedroni - Ensino de 2º Grau, com sede e foro na Cidade de Florai.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.09.95

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Urbano Pedroni, Ensino de 2º Grau, é pessoa jurídica de direito privado, sem finalidade lucrativa, tendo sido constituída em 23 de agosto de 1993.

Pela Lei Municipal nº 777/95, de 30 de

junho de 1995, foi reconhecida de Utilidade Pública pelo Município de Florai. Sua Diretoria não é remunerada (art. 2º do estatuto) e no caso de dissolução, seu patrimônio será destinado em benefício da assistência ao educando (art. 39 do estatuto).

Vem cumprindo os objetivos a que se propôs, reunindo assim todas as condições necessárias para obter o reconhecimento que ora se pretende.

A documentação anexa comprova o atendimento às exigências da Lei nº 6.994, razões pelas quais esperamos ao presente projeto, dos nobres Pares desta Casa o devido apoio.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Joel Coimbra.

O SR. JOEL COIMBRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje completa cinco anos da criação de um importante mecanismo de defesa da cidadania. No dia 11 de setembro de 1990 o então Presidente da República Fernando Collor de Mello sancionou a Lei 8078 que instituiu o Código de Proteção e Defesa ao Consumidor. É um instrumento moderno que vem regulamentar as relações de mercado. Durante muito tempo, pensavam os formuladores da teoria econômica tradicional que o mercado seria campo de interação onde formariam o entendimento consumidores e fornecedores a respeito de preços, qualidades de produtos, de seguranças de produtos de tal forma que pudéssemos estabelecer uma convivência pacífica e harmoniosa e elevadora.

No entanto, com o passar do tempo, percebeu-se que isso não acontecia. O setor de fornecedores cresceu, ganhou forças, predominou e dominou a área dos consumidores amparado por sistema bem elaborado de comunicação, onde através da propaganda o mecanismo que vasculhavam os mecanismos psicológicos da sociedade e impunha as pessoas a aquisição do gatilho que era necessário, mas gatilho que os fornecedores diziam que deviam ser comprados. Na área dos contratos não teve a população condições de escolher o que comprar, não teve condições de escolher as cláusulas contratuais. Foi portanto necessário que buscássemos um novo mecanismo para redilateralizar o mercado.

E o Código do Consumidor veio com essa intenção e com essa finalidade. Foi recebido perto de um clima de controvérsias, de um lado dos empresários os segmentos entendiam que ela representava uma ingerência indevida nas relações de mercado, outros traumatizados pela lembrança do plano cruzado, temiam que ela repetisse

aquele quadro de prisões, de violências. Os consumidores habituados a um quadro de exploração imaginavam uma oportunidade de vir a forra, vingando as explorações. Imaginando que poderiam então eles próprios fazer justiça com as próprias mãos, fechar estabelecimentos, invadir empresas e assim por diante. No entanto, a história desmentiu os desonestos, desmentiu os desconfiados e passados cinco anos, podemos dizer que a nova Lei representa um sucesso. Houve entendimento no mercado, houve grandes avanços nas relações de consumo.

Há hoje, uma preocupação com respeito, com integridade, com respeito a qualidade dos produtos e a segurança dos consumidores. No entanto é importante ressaltar que se tivermos avanços, muito ainda deve ser feito. Especialmente da criação de mecanismos que viabilizem o sucesso da nova Lei.

Tenho advertido aos meus prezados companheiros especialmente aqueles da área jurídica que nós não podemos permitir que aconteça com o Código de Defesa ao Consumidor aquilo que aconteceu com tantas leis boas neste país que foram destinadas ao fracasso por falta de mecanismos suficientes para assegurar a sua execução e é por isso que hoje estamos, através de requerimento formulado a esta Casa, pedindo que o governo do Estado providencie a criação de determinados mecanismos. Por exemplo: estamos requerendo que seja por esta Casa solicitado ao Senhor Secretário da Segurança que instale em todas as subdivisões policiais do interior, delegacias especializadas no atendimento de consumidores, vítimas de infrações penais de consumo.

Queremos alertar, face ao precedente verificado tempos atrás, de que não há inconstitucionalidade nesse pedido, ao contrário, é uma imposição legal, porque o Código, no seu Artigo 5º, inciso III determina que os Estados criem essas delegacias especializadas. Estamos solicitando que seja oficiado ao Tribunal de Justiça para que no projeto relacionado aos Juizados Especiais de Pequenas Causas sejam criadas Varas especializadas para a solução de litígio de consumo na forma preconizada no artigo 5º, inciso IV da Lei 8078. Estamos solicitando que seja oficiado ao Senhor Secretário de Justiça e Cidadania que inclua na estrutura do Serviço de Assistência Judiciária do Estado, o Serviço de Defesa ao Consumidor Carente, conforme preconizado no Artigo 5º, inciso I da Lei 8078.

Dessa forma, o Paraná que passa por um processo de transformação, terá condições de dar à sua população mais uma eficiente estrutura de defesa da cidadania.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra, no Pequeno Expediente, o Sr. Edno Guimarães.

(Declina).

Com a palavra, Milton Puppio.

(Declina).

Com a palavra, Techy Filho.

(Declina).

Com a palavra, Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Todos nós acompanhamos ultimamente a notícia de que prefeituras do Estado do Paraná estão fechando as portas, prefeituras que já estão trabalhando com meio expediente.

Estamos acompanhando que prefeituras estão sem pagar os funcionários públicos, prefeituras que estão sem oferecer atendimento médico hospitalar, prefeituras que estão com seu parque rodoviário parado. Tudo isso nos preocupa, visto que precisamos saber realmente se isso acontece porque os prefeitos não estão administrando a coisa pública como deve ser administrado, ou se foram envolvidos por Programas do Governo do Estado, já do Governo passado e do atual, que, praticamente, obrigam as prefeituras a assumirem compromissos e convênios de construir obras - muitas vezes - não necessárias ao município. Mas pelo fato de serem Programas especiais elaborados, muitas vezes, por tecnocratas do Governo do Estado, que elaboram programas sem conhecimento - "in loco" - da realidade das comunidades paranaenses.

Por todas estas razões é que precisamos dar uma resposta à população do Estado do Paraná o porquê da situação caótica que se encontram as prefeituras do nosso Estado.

Hoje ouvia uma entrevista do Prefeito de Cascavel - o Tolentino, que já foi Deputado, onde ele dava alguns exemplos inclusive com a queda da receita do FPM. O Tolentino dava exemplos de que para resolver o problema há necessidade que a distribuição dos recursos públicos sejam devolvidos ao município de acordo com o número de habitantes e não mais da forma como está sendo feito agora.

Por esta razão é que nós tomamos esta iniciativa de termos a compreensão e o companheirismo de outros Deputados que representam municípios, ou que têm conhecimento municipal aqui mesmo, nesta Casa, ex-Prefeitos aqui estão, ex-Vereadores, ex-Secretários de Governo e nós precisamos demonstrar se realmente existem prefeitos que estão roubando ou são prefeitos que são enganados por programas do Governo Federal, enganados por programas do Governo do Estado. Só há uma forma, Deputados, é a Assembléia levantar estes dados, doa a

quem doer. Que se vá "in loco".

Por isso gostaria que fosse formada uma comissão especial para fins de apurar as denúncias e, principalmente o que já existe, que é o fechamento de postos de saúde, fechamento de hospitais, é a falta de iluminação pública, é a falta de atendimento de remédios que não têm mais nos postos de saúde.

Porque é muito fácil falar. Me lembro do meu amigo Ari Soares, ele vai na tevê, no rádio e fala que o prefeito tal é come e dorme. É fácil dizer que um prefeito é come e dorme. O difícil é mostrar a realidade do município. E nós aqui, talvez tenhamos uma culpa em tudo isso, porque está se criando municípios e mais municípios. Porque, antigamente, Deputado Toti Colaço - Presidente do Bloco, antigamente o FPM, o IR, o IPI que é arrecadado de todos os brasileiros ele era concentrado apenas em Brasília e dali saía um percentual a todos os municípios do Brasil. Hoje não funciona mais assim. Hoje a parte do Paraná é concentrada numa sala. E logicamente que daí sai um percentual a todos os municípios apenas do Paraná. Quando se cria um município no Estado do Paraná não se está tirando recursos do Estado de São Paulo, nem do Rio Grande do Sul. Antigamente era assim, hoje não.

Por isso que temos que ter um cuidado muito grande para a criação de municípios. Principalmente municípios que não tem sequer cinco mil habitantes, porque tudo isso talvez faça parte deste empobrecimento que aí está.

O Romanelli foi Secretário de Governo, ele tinha a missão de levar a casa popular ao município. Não sei se ele pagava o município a infraestrutura para que ali fosse erguida a casa. E municípios pobres como São Sebastião de Amoreira, como Congonhas, etc., não sei se o Governo do Estado pagaria tudo, porque se não pagar tudo o Estado ele acaba abrindo as portas da falência da Prefeitura por um projeto governamental.

Temos também outro dado que é o problema da municipalização do ensino. A municipalização do ensino foi firmada com os municípios e o Estado não poderia passar o dia 10 sem fazer o pagamento. No entanto o Governo do Estado passa o dia 10 e não paga os recursos aos municípios e os municípios não podem pagar as Prefeituras e as Prefeituras não pagam as professoras e quando pagam não há correção, não há reajuste.

Uma outra também que deixa os prefeitos muitas vezes sem condições e desonestos, é que o Banco do Estado do Paraná não faz antecipação de Receita direta as Prefeituras. Aí você vai no Banco do Estado e o Diretor do Banco, o Gerente do Ban-

co fala: "Prefeito, tem uma forma, o Tribunal de Contas não aceita, mas é a única forma, é fazer o empréstimo em seu nome ou em nome da sua firma ou em nome da firma de um amigo seu da Prefeitura." Aí o dinheiro chega na Prefeitura e ele repassa esse dinheiro da antecipação da Receita à empresa que solicitou o empréstimo e o Prefeito está sujeito a ser preso porque a legislação ou a orientação do Banco do Estado assim o indicia a um crime que o Tribunal não aceita nem o Judiciário, que é fazer empréstimo em nome de outra empresa.

Por isso que nós aqui temos a responsabilidade de levantarmos a situação caótica das Prefeituras. Cascavel é uma das cidades mais pujantes do nosso Estado. Contribui com 18% da arrecadação do nosso Estado em grãos, a região de Cascavel e da cidade do nosso companheiro Duílio, que é Toledo, e mais outros municípios.

No entanto as Prefeituras do oeste do Estado do Paraná, a partir de hoje, estão reunidas em Cascavel e estão fechando as portas no período da tarde ou de manhã que estão estudando.

Cabe a nós levantarmos os dados realistas através de uma comissão e gostaria que Deputados de livre e espontânea vontade integrassem esta Comissão Especial que já conversei com o Presidente da Assembléia, Deputado Anibal Khury, e ele concordou plenamente com este levantamento, porque aí a Assembléia vai mostrar ao povo do Paraná o porque desta situação, vai mostrar ao Governo do Estado, especialmente à Brasília, quando o Presidente da República disse ao nosso Presidente: "Mas o Paraná é um Estado rico, o Estado do Paraná está rico, pobre está a União. Nós aqui em Brasília, o Governo Federal está falido, mas o Paraná é um Estado rico." Mas não é verdade. Temos que ter a coragem de mostrar a realidade.

Por isso, Sr. Presidente, estamos apresentando e pedindo aos Deputados que tenham tempo, que se disponham, a integramos esta Comissão especial para levantarmos a realidade dos nossos municípios.

O Sr. Nereu Moura - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento).

Meu prezado Deputado Geraldo Cartário, V.Exa. aborda um assunto hoje na tribuna deste Parlamento muito preocupante. O quadro econômico que é desenvolvido lá de Brasília tem efetivamente contribuído de forma muito forte para o empobrecimento da população brasileira, arrastando à miséria, à fome, a maioria do conjunto da sociedade brasileira, sobretudo as classes menos protegidas pela sorte.

E desta forma, meu prezado Presidente,

é que as Prefeituras Municipais e também o Governo Estadual, o Governo Federal, estão pagando um preço muito alto pela crise que se instalou no nosso País, é o desemprego, é a miséria, a pobreza, a agricultura falida quebrada, falida, esquartejada; e conseqüentemente o comércio, a indústria e por aí afora. Na nossa região, e Vossa Excelência falando aqui de Cascavel, nós, que fazemos política lá, na redondeza de Cascavel e no Sudoeste do Paraná, constatamos Deputado Geraldo Cartário que efetivamente o Governo Federal precisa repensar em seu projeto econômico sob pena de criar uma situação de ingovernabilidade para o nosso País, haja vista o problema terrível que estamos enfrentando.

A gritaria é generalizada, as prefeituras estão fechando as portas, primeiro começou com o regime de meio expediente e agora será do expediente integral, Prefeituras que estão atrasando salários de funcionários, enfim, criando uma situação de angústia, de penúria e de tristeza para o povo brasileiro e para o povo do Paraná. É exatamente num momento de crise, no momento de dificuldade que o Poder Público é chamado com mais força para dar respostas aos problemas que a comunidade enfrenta. Quando existe a crise o povo vai atrás do Poder Público, é na saúde, é na segurança, porque os problemas da área de segurança se avolumam, os problemas da área de saúde se tornam graves, e por aí afora, na área da agricultura. E hoje os Prefeitos do Paraná e do Brasil não têm condições de oferecer respostas que possibilitem minimizar essa cruel e dramática situação que vive o povo do Paraná e do Brasil.

Desta forma meu prezado Deputado, eu que tenho por V.Exa. uma admiração muito grande, quero parabenizá-lo pelo assunto que V.Exa. aborda na sessão de hoje aqui nessa Assembléia.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli - V.Exa. me concede um aparte?

(Assentimento).

Deputado Cartário, Srs. Deputados.

Vejo V.Exa. ir à tribuna, e esse é o velho Geraldo Cartário que conheço, com lucidez, firmeza vai na questão essencial, que hoje na verdade deve ser a preocupação de todos nós Deputados com assento aqui nesta Casa, de todos os Partidos acima das divergências que temos, porque seguramente o Paraná passa por uma das suas piores crises que o Poder Público está enfrentando.

De um lado, Deputado Alborghetti, a gente assiste a televisão e vê ali o que podemos denominar como um Governo virtual, porque você vê na televisão alguma coisa que não está acontecendo no dia a dia, porque falta o remédio para o posto de

saúde, falta o médico.

Enfim, o Governo argumenta com Programas que ele na verdade não está executando, pior do que isso, quantas Prefeituras estão com faturas porque realizaram calçamento com pedra irregular parado, no Sudoeste principalmente, no Oeste paranaense, e não conseguem receber. As Prefeituras estão quebradas até por causa disso. Por isso queria dizer a V.Exa. que esta Comissão de fato, uma Comissão Especial, para investigar as circunstâncias com que estamos vivendo no Paraná, porque não é possível a gente de um lado ter a propaganda oficial, propaganda enganosa; e por outro lado a gente ver uma falência do Estado paranaense, das Prefeituras e do Estado porque está aí o Secretário da Fazenda chorando pela ausência de recursos. Então, queria parabenizar V.Exa., dizer que o PMDB seguramente vai apoiar essa sua proposta porque ela é lúcida e com ela nós seguramente vamos buscar uma forma de dar equilíbrio para a distribuição das receitas orçamentárias, e fundamentalmente as transferências da União para o Paraná. Meus parabéns a V. Exa. por esse pronunciamento.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Muito obrigado. Concedo aparte ao Sr. Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN - Deputado Cartário, no mesmo raciocínio que desenvolveu o Deputado Romanelli, quero também acrescentar algumas outras palavras. Acho que esta Comissão que V.Exa. propõe é oportuna e necessária, até porque, acho que nós, Deputados Estaduais, deveríamos ter acesso à despesa e à Receita do Estado, com mais facilidade.

Hoje se perguntarmos aqui, para qualquer Deputado, qual foi a Receita ou a Despesa deste mês, desta semana ou deste ano, ninguém pode afirmar, porque afinal a gente não tem acesso a estes números. Acho que este é um caminho que deveríamos perseguir, com esta Comissão, transparência na Receita e Despesa, aonde possamos ter, diariamente a Receita do Estado e o que o Estado pagou, seus compromissos e tal. Porque não pode o Estado atrasar os repasses, que são de fundamental importância, até para a folha de pagamento de professores. Atrasar o repasse e os prefeitos terem dificuldades para elaborar a folha.

Não é justo que ocorra este tipo de situação com os municípios. Portanto acho que esta Comissão é salutar e V.Exa. está no caminho certo e estamos fazendo o possível para que esta Comissão possa ter o êxito necessário, especialmente no que refere à transparência da Receita e Despesa do Estado.

Muito obrigado.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Agradeço o aparte e concedo o aparte ao Deputado Zucchi.

O Sr. Zucchi - Deputado Cartário, cada vez que se fala em criar uma Comissão aqui na Assembléia, claro que é fruto de uma preocupação, principalmente porque nós aqui incorporamos as vozes do povo do Paraná.

E eu, atendendo à sua apelação, na Tribuna, de que essa Assembléia deva formar uma Comissão para verificar a origem a razão pela qual nossas Prefeituras estão em situação difícil, acho que há, na verdade esta necessidade. Mas acho que o importante de tudo isso é sabermos por que é que diminuiu a Receita de nossos municípios? Qual é a real situação da administração pública, no nosso Estado?

E fico preocupado, porque a região que represento aqui, a região Sudoeste do Paraná, que orgulhosamente represento aqui, se durar mais alguns dias esta estiagem que estamos passando, não há dúvida nenhuma que nossos municípios vão ter que decretar estado de calamidade pública. Porque sabemos que a Receita dos municípios diminuiu, pelo problema crucial deste Plano econômico que foi colocado no País, sabemos que nossos municípios estão numa situação extremamente difícil. Mas, principalmente, Deputado Cartário, aqueles municípios cuja Economia é baseada na Agricultura. Vejo muitos agricultores sem conseguir plantar, neste momento, inúmeros agricultores sem ter a possibilidade de comprar seus insumos! Aliás faço aqui um alerta, de que estes dados repassados pelo Governo Federal de diminuição da produtividade, é uma falácia, porque a diminuição está baseada na pesquisa, nos dados da área a ser plantada, que diminuiu sensivelmente. Agora ninguém está falando na perda da produtividade, já que nossos agricultores não estão tendo condição de investir na tecnologia, para poder produzir mais.

Acho que essa Comissão, além de se colocar como instrumento para verificar a situação pela qual passam os nossos municípios, também, com certeza absoluta, vai levantar pontos importantes como esta queda na arrecadação e principalmente a situação pela qual passam os pequenos municípios do Paraná, cuja base de sustentação era a Agricultura, e que hoje está em estado pré falimentar.

Então, gostaria de parabenizar V. Exa. por esse pronunciamento que na verdade nada mais é do que colocar nessa Casa, aqui-lo que nós todos temos sentido na nossa Região que representamos, da situação difícil porque passa os municípios e a nossa

Curitiba, segunda, em 11.09.95
população.

Parabéns a V.Exa. e acho que essa Comissão pode iniciar os seus trabalhos junto com os prefeitos que são evidentemente como V. Exa. colocou, não é só o caso de Cascavel, que V. Exa. disse que ouviu numa entrevista, mas todos os municípios do Paraná estão passando por uma situação muito difícil.

Muito obrigado por essa oportunidade.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Mas Senhor Presidente, Senhores Deputados, o nosso objetivo e nesse levantamento, talvez tenhamos que encarar alguns parâmetros como por exemplo, alguns municípios que não têm dentro de um prazo de um ano ou dois, a mínima condição de firmar convênio com o Estado para executar algumas obras.

Logicamente que estamos auxiliando o Governo do Estado, porque a Assembléia fará o relatório e encaminhará a S. Exa. o Governador, que aqueles municípios não podem mais ser induzidos a convênios a não ser que o Governo do Estado, para não discriminar a população desses municípios, venha a arcar com a contrapartida, entre outros itens, que a Comissão poderá levantar com esse objetivo e principalmente as obras já conveniadas que não haja por parte do Governo do Estado, a falta do cumprimento do contrato, porque quando o Prefeito assume o compromisso de construir uma escola, recebe o dinheiro e não constrói essa Escola, e o Tribunal de Contas tem dispositivos legais para pedir ao Governo do Estado, até a intervenção do Município.

Mas, quando o Governo do Estado não cumpre o objetivo do contrato, aí ficamos indagando, qual a penalidade ao Governo do Estado?

São fatos que nós certamente da Comissão que será organizada e peço aos membros partidários que indique um dos seus membros para levantarmos e nos posicionarmos dessa forma.

Concedo o aparte ao Deputado Sérgio Spada.

O Sr. Sérgio Spada - Parabenizo V. Exa. por trazer a discussão nesse Plenário, desse tema extremamente importante e atual que é a crise pela qual passam os Municípios brasileiros, inclusive e com muita força aqui no Estado do Paraná.

Deputado Geraldo Cartário, estou desencantado nesse particular com o Governo Federal Fernando Henrique Cardoso, esperava do Presidente atitudes firmes no sentido de descentralizar a arrecadação assim como também as responsabilidades na Administração Pública.

E vejo que passado quase um ano a propalada e decantada reforma tributária pro-

metida pelo Governo, apenas propostas do Governo Federal no sentido de arrecadar mais recursos nos cofres da união, sacrificando ainda mais os Estados e os Municípios.

Vejo com dificuldade uma solução a curto prazo para os problemas dos Municípios Brasileiros porque não vejo nenhum aceno da parte do Governo Federal para que isso aconteça e é fundamental que se faça essa discussão em todos os Parlamentos dos Estados, Assembléias Legislativas, é necessário que os Prefeitos se manifestem, protestem, porque se ficar todo mundo calado, o que vai acontecer é que a crise vai se acentuar mais, porque o Governo Federal é debilitado, numa crise política profunda no Congresso Nacional, não está tendo condições de resolver a curto prazo esse problema.

Então vamos fazendo coro ao discurso de V. Exa. que, com brilhantismo defende a tese do municipalismo, levantar o interior, pressionar o Governo Federal, particularmente o Ministro José Serra, porque o conheço, porque sei da sua tendência centralizadora de recursos e é isso o que ele está querendo fazer no Congresso Nacional. Parabéns Deputado Cartário e conte com o apoio da sua Bancada, da nossa Bancada do PT, para essa justa causa.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Obrigado pelo aparte, Deputado Sérgio Spada.

Para concluir, gostaria de dar um exemplo: o Governo passado, o governo anterior, chamou os Prefeitos na Secretaria de Educação e mandou levantar o número de alunos de cada município e chegou a conclusão de que o município deveria receber "x". Chamou os Prefeitos e eles assinaram um convênio, e esse convênio simplesmente o Estado se obrigava a repassar aos municípios do Paraná, do Salário Educação, 12 parcelas.

Prestem bem atenção: o compromisso do Governo do Estado com a municipalização é apenas 12 parcelas para pagamento de professores, quando todos nós sabemos que existe o 13º salário.

Se existe o 13º salário, o Estado não pode repassar 12 parcelas. Tem que repassar 13 parcelas.

Entre outros assuntos, é o que nos faz propor essa Comissão Especial.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A palavra está com o Sr. Deputado Beto Richa.

O SR. BETO RICH - Sr. Presidente, Srs. Deputados.
(Lê):

Discurso do Deputado Beto Richa
(PSDB/PR) sobre o Projeto de Lei
que institui

O CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Senhor Presidente, Senhores Deputados:
Semana passada, apresentei nesta Casa,
Projeto de Lei através do qual propus a
criação do Conselho Estadual de Desenvol-
vimento de Recursos Humanos, cujo objetivo
específico é elaborar e acompanhar a polí-
tica de desenvolvimento de recursos huma-
nos do Estado do Paraná.

Ao assim proceder, quis oferecer ao
Governo Jaime Lerner, instrumento legal,
nável à retomada de saudável prática de-
mocrática que o Paraná conheceu de perto
da década de 80, com o CDP- Conselho Deli-
berativo de Pessoal.

Ante a perspectiva de greves no servi-
ço público, inclusive, por exemplo, a do
magistério, cuja meritória colaboração não
encontrou nos últimos quadriênios a con-
trapartida da melhoria de remuneração,
mais que nunca parecem-me indispensáveis a
democratização do poder e a participação
comunitária.

Por outro lado, precisamos realmente
profissionalizar o serviço público, asse-
gurando a continuidade das políticas admi-
nistrativas, que devem ficar à margem das
conveniências partidárias, que são passa-
geiras, transitórias, diante dos superio-
res interesses do País e do Paraná.

O esforço do Governo Federal de insti-
tuir uma política global de recursos hu-
manos, hoje um imperativo nacional e ao
qual a Administração Estadual não se mos-
tra infensa, deve ser novamente orientado
no sentido de instaurarmos mecanismos e
práticas que permitam e estimulem o amplo
debate democrático, o desenvolvimento de
organizações que agrupem os interesses de
segmentos significativos da sociedade e a
convivência dos contrários.

Nos anos 80, quando o Brasil reiniciou
a caminhada rumo à plenitude democrática,
após o longo período de exceção que con-
centrou e centralizou o Poder nas mãos dos
Generais-Presidentes, o Paraná expressou
os primeiros vagidos de repúdio a esse
procedimento decisório autoritário, no que
aos poucos foi sendo acompanhado pelos Es-
tados-irmãos.

No entanto, mudanças de rumos imprimi-
das por administrações posteriores fizeram
com que abandonássemos a até então cres-
cente democratização do poder, e com ela a
participação comunitária na elaboração das
políticas que lhe diziam respeito, deixan-
do o Governo do Estado de ser um interlo-

cutor atento aos reclamos comunitários.

Isso não impediu, porém, que a socie-
dade paranaense continuasse se organizando
sob as mais diversas formas, ora em asso-
ciações de classe ou de moradores, ora, em
conselhos, ora, exercitando a democracia
direta, como, por exemplo, em conferências
estaduais e municipais de saúde.

Nossa própria Casa tem aberto as por-
tas para que essas reuniões se realizem, o
que demonstra pelo menos sintonia com as
causas populares.

Se essa mobilização deve ser saudada
entusiasticamente, por um lado, por ou-
tro ela muito nos angustia na medida em
que põe a nu o enorme descompasso entre o
que o povo deseja, quer, e efetivamente
precisa, e o que a Administração Pública,
nas três esferas de poder, realiza ou pre-
tende, sob rótulos supostamente democráti-
cos.

Direi mais: se o fosso, o divórcio en-
tre as vontades da sociedade civil e do
Governo, embora repudiáveis, ao menos se
explicava pelas barreiras políticas e óbi-
ces institucionais que o autoritarismo
criara para defender-se, hoje é impossível
continuar convivendo com eles, até porque
a Carta de 1988, a "Constituição-Cidadã",
de que nos falava o saudoso Ulysses Guima-
rães, formalizou a democracia participati-
va, ao dizer no seu art. 1º, que "Todo o
poder emana do povo, que o exerce por meio
de representantes eleitos, ou diretamente,
nos termos desta Constituição".

Chegou a hora, Senhor Presidente, Se-
nhores Deputados, de passarmos do discurso
a prática, dos bons propósitos à ação efe-
tiva, oferecendo respostas concretas aos
reclamos da sociedade, chamando-a, de no-
vo, outra vez trazendo-a a participar da
gestão de seu próprio destino.

Se, no caso do funcionalismo público,
o governo não tem meios financeiros de re-
munerar condignamente os seus servidores,
ao menos que lhes abra oportunidades e es-
paços para que os seus legítimos represen-
tantes, em número de três, em conjunto com
os Titulares das Pastas de Administração,
de Governo, da Fazenda e do Planejamento e
Coordenação Geral, participem dos procedi-
mentos dos quais resultam a fixação dos
níveis salariais e de toda a política de
pessoal.

Que eles acompanhem oficialmente o
vai-e-vem da receita e da despesa esta-
dual, as propostas de aumento ou reposição
salarial, a abertura de concursos públicos
para provimento dos vários cargos e fun-
ções, e tudo o mais que lhes disser res-
peito.

Um Governo honesto, como é o de Jaime
Lerner, há de ser transparente.

Neste sentido, o nosso projeto de lei,
ao criar o Conselho Estadual de Desenvol-

Curitiba, segunda, em 11.09.95

vimento de Recursos Humanos pretende ser uma contribuição para o equacionamento de uma política de pessoal, efetiva e duradoura.

Nesse sentido, Srs. Deputados, quero poder contar com a compreensão dos Senhores na aprovação deste projeto que julgo da maior importância para que haja um bom convívio entre o Governo do Estado e os servidores públicos. Para que possamos, de uma forma ou de outra, solucionar ou equacionarmos ou minimizar os grandes problemas que afligem a classe dos servidores públicos deste Estado. E ao meu ver este projeto é uma forma bastante justa e democrática e acima de tudo bastante transparente de solucionarmos estes problemas.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Deputado Péricles de Mello, último orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. PÉRICLES DE MELLO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Senhoras e Senhores. Estamos apresentando um requerimento dirigido ao Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, no sentido da liberação de uma verba extraordinária no valor de um milhão de reais para que a Universidade Estadual de Ponta Grossa possa concluir o ano letivo, dado a grave crise que atravessa.

Na verdade a crise da Universidade de Ponta Grossa é reflexo de uma crise muito mais profunda da Universidade pública, não só paranaense, mas brasileira, resultante da crise de financiamento do Estado com a educação. Mas a Universidade de Ponta Grossa por ser a mais pobre das Universidades do Estado do Paraná é nela justamente que a crise se manifesta em primeiro lugar.

Achamos estranho, no entanto, apesar dessa crise que é geral, estrutural no nosso país, que o Governo Jaime Lerner não esteja repassando nem a verba aprovada no Orçamento do Estado para este ano. O Governo deveria repassar para custeio à Universidade um montante de 130 mil reais e repassa apenas 80 mil reais mês e a Universidade está ameaçada de fechar as suas portas, cursos importantes como o curso de Odontologia, Farmácia e Bioquímica não tem material para laboratório, materiais químicos e ameaça fechar. Esta crise se manifesta em toda a comunidade da região dos Campos Gerais porque a Universidade está muito organicamente ligada à região, as cidades como Telêmaco Borba, Castro, Palmeiras, onde existem campos avançados ao IPG, os Prefeitos se reúnem, se mobilizam, o Reitor deu várias entrevistas na imprensa local, o Diretório Central de Es-

tudantes manifestou a sua posição, eu mesmo como Presidente da Comissão de Educação desta Casa participei de dois debates a semana passada na Universidade.

Entendemos que a continuar desta forma fica claro para todos nós que o interesse do Governo do Estado é privatizar as Universidades paranaenses ou no mínimo voltar a cobrar uma taxa dos alunos. Isto nada resolve. Fazendo um cálculo, se quiséssemos financiar uma Universidade como a de Ponta Grossa, com o pagamento de mensalidades pelos alunos, cada aluno deveria pagar de 300 a 400 reais por mês o que é completamente inviável, dado o grau de pobreza e proletarização porque passa toda a sociedade paranaense e brasileira, devido a alta concentração de rendas, os baixos salários, desemprego e assim por diante.

Existem, é claro, idéias no país de que o ensino superior deve ser privatizado, mas a idéia que não se adequa a realidade brasileira. Apesar de não termos dados concretos sobre o nível de renda das famílias de estudantes de Ponta Grossa, temos de algumas universidades brasileiras.

Na Universidade Fluminense foi feita uma pesquisa e chegou a seguinte conclusão: 22% das famílias dos alunos dessa universidade ganham menos de cinco salários mínimos por mês; 34% ganham de cinco e dez; 28 entre 10 e 20. É evidente que esse nível de renda jamais os estudantes, as famílias dos estudantes poderiam pagar uma mensalidade que fosse capaz de resolver o problema econômico das universidades.

Portanto, achamos que a volta do ensino pago nada resolve e é uma grande falácia. Por outro lado a defesa da Universidade Pública se liga à defesa de um país autônomo que gere uma ciência e tecnologia própria. Basta dizer para isto que hoje no Brasil mais de 90% das pesquisas são realizadas nas universidades públicas e apenas 10% nas universidades particulares. Os cursos de doutorado, de mestrado, de 80 a 90% também se realizam basicamente nas universidades públicas.

Por mais difícil que foram os anos do regime autoritário no nosso país, por maiores que tenham sido os ataques à Universidade Pública ela conseguiu resistir no período mais sombrio da história brasileira e esperamos que não seja agora que um Governo que teve grande apoio da sociedade, trouxe grandes esperanças, esteja fechando a torneira, impedindo recursos para a universidade para que o ensino pago volte na Universidade paranaense e se aprofunde a crise ao Estado buscando a Universidade privada. Portanto, fazemos essa cobrança ao Governo Jaime Lerner para que a Universidade possa cumprir o seu pa-

pel. Da mesma forma estaremos conversando com os demais Deputados da nossa região para programar uma audiência com o Secretário de Ensino Superior, com o Governador do Estado junto com o Reitor Roberto Frederico Meri, e os Prefeitos da região dos Campos Gerais que têm grande interesse da recuperação da nossa Universidade, inclusive o Prefeito de Telêmaco Borba manifesta o interesse que o Campus avançado continue em Telêmaco Borba, a Universidade está ameaçada de não fazer vestibular naquele Campus, Palmeira e Castro a mesma coisa. Fazemos esse apelo que os Deputados se unam na luta pela defesa da Universidade paranaense e que o Governo tenha essa sensibilidade pela importância que tem a Universidade do nosso Estado. As universidades são pólos de integração regional, temos uma Universidade nos Campos Gerais, que é de Ponta Grossa, a Universidade Oeste, duas no Norte, dado a pujança daquela região, e no centro que congrega inclusive a região sul. Precisamos lutar para salvar a Universidade porque elas têm um grande papel de desenvolvimento em nosso Estado e por isso fazemos esse apelo a todos os Deputados e ao Governo do Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Pequeno Expediente passamos ao Grande Expediente.

Deputado José Maria Ferreira. (Declina).

Passamos às Lideranças que não foram ocupadas.

PT. (Declina).

PSC. (Declina).

PDT. (Declina).

PFL. (Declina).

PPR. (Declina).

Liderança do Governo. (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três), de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Cesar Seleme, constante do expediente.

Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Péricles de Mello, com apoio dos Senhores Deputados Emerson Nerone e Doutor Rosinha, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 272/95, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância", de Ibiporã. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 87, de 01.08.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 272/95

P A R E C E R:

De autoria do Deputado José Maria Ferreira, o Projeto de Lei nº 272/95, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Ibiporã.

Da análise do referido projeto em razão do mesmo atender às exigências da Lei nº 6.994/78, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.09.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMOES - Relator

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 293/95, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que declara de Utilidade Pública a "Associação Planaltina dos Idosos", com sede na Cidade de Planalto - PR. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 93, de 10.08.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 293/95

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do ilustre Deputado Caíto Quintana, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública Estadual a Associação Planaltina dos Idosos com sede e foro na Cidade de Planalto, no Estado do Paraná.

A matéria atende ao disposto na Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, inexistindo qualquer óbice de natureza constitucional, legal ou regimental ao seu trâmite nesta Casa de Leis.

Neste sentido, manifestamos nosso parecer favorável, opinando pela aprovação do referido projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.09.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
JOSÉ TAVARES - Relator

ITEM 03

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 297/95, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública Estadual a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Município de Manoel Ribas", com sede e foro no Município de Manoel Ribas. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 93, de 10.08.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 297/95

P A R E C E R:

Chega a esta Comissão de Constituição e Justiça o projeto de lei supra marginado, de autoria do nobre Deputado Cesar Seleme e que tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Excepcionais do Município de Manoel Ribas, com sede e foro no Município de Manoel Ribas.

Sob a ótica da constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, não vislumbramos nenhum óbice a sua tramitação normal nesta Casa, tendo em vista preencher todos os requisitos exigidos pela lei.

Assim, opinamos favoravelmente ao presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.09.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

ITEM 04

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 325/95, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que concede Título de Cidadania Benemerita do Paraná, ao Senhor Erondy Silvério. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 99, de 21.08.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 325/95

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em tela, de autoria do nobre Deputado Caíto Quintana, pretende conceder o Título de Cidadania Benemerita do Paraná ao Senhor Erondy Silvério.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental da matéria, inexistente qualquer impedimento ao normal trâmite processual legislativo do referido Projeto.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, recomendando sua aprovação nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.09.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
JOSÉ TAVARES - Relator

ITEM 05

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 329/95, de autoria dos Deputados Cezar Silvestri e Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Municípios do Centro do Paraná - AMOCENTRO, com sede no Município de Pitanga, no Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 100, de 22.08.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 329/95

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria dos nobres Deputados Cezar Silvestri e Orlando Pessuti, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a "Associação dos Municípios do Centro do Paraná - AMOCENTRO", com sede e foro no Município de Pitanga.

Chamada a opinar, esta Comissão de Constituição e Justiça não encontrou nenhum óbice de natureza constitucional ou regimental que impeça a normal tramitação da matéria, encontrando-se a mesma em conformidade com a legislação específica que regulamenta a matéria.

Nestas condições nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 04.09.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 06

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 014/95, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que autoriza o Tribunal Regional Eleitoral - TRE/PR, a realizar plebiscito, visando criar o Município de Serra dos Dourados, com território a ser desmembrado de Umuarama. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 38, de 24.04.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 014/95

P A R E C E R:

O presente projeto de resolução, de autoria do Deputado Nelson Garcia, tem por objetivo autorizar o Tribunal Regional Eleitoral TRE/PR a realizar plebiscito, visando criar o Município de Serra dos Dourados, com território a ser desmembrado de Umuarama.

O Deputado Relator, Carlos Simões, manifestou-se favorável ao projeto; sendo aprovado pelos membros desta Comissão, o voto em separado do Deputado Emerson Nerone onde requer diligência junto ao T.R.E. e ao I.B.G.E..

Após cumprida a diligência, essa Comissão volta a se manifestar com relação à matéria, mantendo o parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.09.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sobre a mesa requerimentos n°s 2561 e 2562, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2517, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2518, 2519 e 2565 a 2567, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2520 e 2536, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2521 a 2523, 2550 e 2551, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2524, 2547, 2548, 2563 e 2564, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2525, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zuchi, constante do expediente. **Encaminhe-se na forma do requerido.**

Requerimento n° 2526, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2531, 2539 e 2540, de autoria do Sr. Deputado Emerson Nerone, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2537, 2538, 2570 e 2571, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2541 e 2542, de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2543 a 2545 e 2568, de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2546, de autoria do Senhor Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2552, 2553 e 2554, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2555, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2557, de autoria do Senhor Deputado Cesar Selme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2558 e 2559, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2560, de autoria do Senhor Deputado Sâmis da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2569, de autoria do Senhor Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2572, de autoria do Senhor Deputado Élio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2574, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, com apoio dos Senhores Deputados Nelson Justus, Élio Rusch, Algaci Túlio, Beto Richa e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2575, de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2512, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente de Sessão anterior. Em discussão.

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, faço questão de ordem.

Devido à ausência do autor do requerimento, solicitaria que se colocasse em discussão amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Consultando as Lideranças Partidárias e a presença de Irineu Colombo.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Enquanto se decide essa questão de ordem, queria, em nome da Comissão Especial que analisa a emenda à Constituição do Estado, fazer uma convocação aos representantes daquela Comissão, representantes dos partidos, já indicados: Edno Guimarães, Eduardo Trevisan, Basílio Zanusso ou, na sua ausência, Élio Rusch, e o Deputado Sérgio Spada do PP, para que amanhã, às 9:30 na Sala das Comissões da CCJ, possamos nos reunir. Espero que os ilustres Deputados possam comparecer, impreterivelmente, às 9:30 horas.

Obrigado.

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem) - Acaba-

Curitiba, segunda, em 11.09.95

mos de fazer um acordo com a Liderança do Governo, Deputado Algaci Túlio. São mais de 180 mil contribuintes e há dificuldade de levantar o cadastro. Dentro de 15 dias, tabulamos com a Liderança do Governo que repassará as informações, e caso não venha a fazê-lo, por motivos outros, reapresentaremos o requerimento.

Peço a Vossa Excelência que retire o requerimento, explicando o porquê fizemos ainda o presente, porque entendemos que das discussões que tivemos em Plenário, por conta das isenções para essa ou aquela empresa, esse requerimento traria a transparência do governo, poderíamos fazer uma análise fria e concreta daquilo que realmente o Governo está fazendo em termos de incentivo, condições e prazo e para quem nas questões fiscais do Estado do Paraná.

É com essa intenção, para transparência do Governo, diante do acordo, então peço a retirada do requerimento, esperando que teremos a resposta tão breve quanto possível, para não precisarmos reapresentá-lo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A Mesa endossa o entendimento consensual das lideranças e do autor do requerimento. **Está retirado.**

Requerimento nº 2503, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Senhor Deputado Antônio Belinati, inscrito.

O SR. ANTONIO BELINATI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Amanhã a Câmara dos Deputados se reúne em Brasília e, finalmente, vai votar a lei eleitoral que vai reger, vai determinar as regras para as eleições de Prefeito, vice-Prefeito e Vereador do ano que vem. Infelizmente, pelo que a gente tem lido na Imprensa nacional e conversando com parlamentares federais de vários partidos, é muito provável que pouca coisa se mude, se altere, se modifique na lei eleitoral que será votada amanhã pela Câmara dos Deputados. Algumas pinceladas que demos pelo noticiário e pelas conversas com parlamentares, sentimos que há consenso para que o horário do rádio e da televisão seja dividido; segunda, quarta e sexta para vereadores; terça, quinta e sábado para os candidatos a prefeito. Meia hora na hora do

almoço ou na parte da manhã e meia hora às 20 horas e 30 minutos. Domingo não haveria horário eleitoral.

E além desse horário todo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, meia hora deve ser rateado para inserção de textos com propaganda dos candidatos a Prefeito e Vereador. Cada texto poderá ter de 30 segundos a um minuto, no máximo. As coligações serão permitidas, o que vem, então favorecer os pequenos partidos. Seis minutos do horário eleitoral serão rateados entre todos os candidatos. Quer dizer, mesmo que seja candidato de partido pequeno, ele terá sua aparição garantida no rádio e na televisão, ainda que por pouco tempo. O restante do horário será rateado de conformidade com o número de Deputados Federais do partido ou da coligação. Essa contagem do número de deputados federais será feita somente no dia 15 de fevereiro do ano que vem. O que vai favorecer, automaticamente, a ciranda das mudanças de partidos. Daqui até fevereiro muitos deputados federais e estaduais terão oportunidade de mudar de legenda e ainda se candidatar para o pleito do ano que vem.

A dúvida que resta é sobre a origem das doações. Porque um grupo de Deputados quer omitir da opinião pública quem doou dinheiro para o candidato. Seria apresentado para a justiça eleitoral apenas o número do cheque.

Também há um questionamento. O PFL quer que seja liberado o Showmício. Tomo a liberdade aqui de discordar da posição do PFL, porque o que encarece muito numa campanha eleitoral é, exatamente, o Showmício. O cantor que cobra 5 mil por um show, quando chega a campanha eleitoral ele passa para 15, para 20 e até para 100 mil. Há uma exploração natural por se tratar de um período eleitoral. E outra coisa também é a volta da produção do horário da televisão. E quem vai continuar ganhando muito dinheiro são as produtoras. Quem não tiver um partido em condições de levantar doações para poder produzir, fazer uma boa produção no horário da televisão está condenado. O candidato que não tem recurso e se apresenta de qualquer jeito na tela, ele já está, automaticamente, derrotado. Ninguém pode negar! Seria um grande demagogo, seria querer iludir, dizer que mesmo com um programa mal produzido na televisão ele vá alcançar um grande sucesso.

A preocupação é que estão querendo transferir para os partidos políticos a incumbência da designação dos mesários. Imaginem os senhores: num município, por exemplo, onde o PSDB não está organizado mas ele tem um candidato até que pode ter muito voto ali - não é o caso para esta eleição, não é o caso agora, mas o Partido

poderá correr um sério risco porque o Partido adversário é que vai indicar os mesários. E como disse hoje na imprensa nacional o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, esta lei ela vai favorecer mais do que nunca a fraude nas eleições, não é isto? Porque um Partido indicando o mesário se entende, é uma decorrência quase que lógica que esse mesário politicamente está afinado com o candidato do Partido que o indicou para tão importante função de mesário.

Senhores, se este fosse o critério na eleição passada para Deputado, provavelmente alguns de nós não estaríamos hoje dentre os 54 Deputados, porque a gente se lembra ainda, e eu tenho idade para me lembrar do tempo em que não era cédula única, em que tinha que se colocar uma cédula que o Partido mandava imprimir para os candidatos a Vereador e candidato a Prefeito e de repente um eleitor de um município X queria votar num candidato Y quando chegava na cabina, o delegado, o fiscal ou alguém do Partido contrário foi lá e limpou a cédula dali e ele ficava sem saber o número e acabava votando no candidato do coronel político daquele patrimônio, daquele Distrito ou daquele pequeno município. Então, muitos, muitos devem ter sido derrotados não pela vontade do povo mas pelas grandes sacanagens que se praticaram escondendo a cédula de muitos candidatos.

E agora, com a volta dos mesários indicados pelos Partidos, este é o temor de que realmente venham a ocorrer as fraudes. E a preocupação maior, Deputado Luiz Carlos Alborghetti, V.Exa. que é candidato como eu a Prefeito de Londrina, é a preocupação com aquilo que a lei eleitoral ou a justiça eleitoral está estabelecendo, o voto no meu município de Londrina como aqui em Curitiba será feito através de computador, Vossa Excelência, Deputado Alborghetti, que tem o eleitorado que se identifica muito com o meu eleitorado humilde, daí a grande preocupação, eu confesso que até hoje não sei, nunca aprendi a lidar num computador, confesso que até vou ter que treinar como se lida num computador, porque caso contrário, saindo candidato a Prefeito, corro o risco até de perder o meu próprio voto porque não sei lidar no computador.

Então quero, Senhor Presidente, nesta véspera de votação da lei eleitoral e é sério, Deputado Nelson Justus, é sério, fico imaginando aquele eleitor que vai votar e chega tremendo na hora de votar, tem eleitor que chega tremendo, tem crise nervosa na hora de votar, tem gente que tem dificuldade pela idade, pelos óculos que não teve até o dinheiro para trocar, para substituir e de repente saber que ele vai

ter que votar através do computador, sei que é um grande avanço e nós não queremos questionar, nós só temos que pensar sempre para a frente, para o alto, pensar em termos de progresso, pensar em termos de evolução, em melhorar a cultura do nosso povo, mas quero desde já fazer um apelo ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, porque acho que será obrigatório o Tribunal com muita antecedência começar a promover uma orientação através de horário na televisão como é que o eleitor vai fazer para usar o computador.

Não sei lidar no computador, não tenho vergonha de dizer. Agora, fico imaginando será que é apenas eu, é apenas o Deputado Alborghetti?

E o restante dos eleitores do Paraná, será que eles sabem como acionar o computador? Será que ali alguém ligado a um determinado candidato não vai incutir na cabeça do eleitor menos esclarecido que ele tem que apertar este botão quando deveria apertar o outro, para votar no candidato da sua preferência e do seu coração?

Portanto, Senhor Presidente, e Senhores Deputados, eu acho que é hora de pensar, é louvável a tentativa da Justiça eleitoral, e diga-se aqui o voto no computador vai valer nos Municípios com mais de duzentos mil eleitores, que é o caso de Londrina e de Curitiba no Paraná, o nosso desejo é que esse avanço se converta num sucesso.

Mas que a Justiça Eleitoral, Presidente Zuk, possa se lembrar também dos milhões de eleitores brasileiros, que têm pouca cultura, tem pouco esclarecimento, e dos milhões de eleitores que nunca viram um computador, ou nunca colocaram o dedo no computador e que poderão ficar quem sabe receiosos, e poderão quem sabe até deixar de comparecer no dia da eleição com medo de passar vergonha, de fazer um papelão, não saber depositar o voto.

Por isso, Senhor Presidente, o apelo meu é para que essa Casa, que é uma Casa Política, que é uma Casa que representa o povo do Paraná, possa alertar o Poder Judiciário, a Justiça Eleitoral, no sentido de uma ampla e esclarecedora campanha treinando com antecedência o nosso eleitor para que ele vote como deseja no dia 03 de outubro do ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Antes de encerrarmos a reunião do dia de hoje, é com satisfação que a Mesa Executiva, em nome de todos os Deputados, recebe o ex-Deputado Ernani Pudell, que nos deu no convívio desta Casa com aqueles que tiveram a satisfação, que como nós, desfrutar do seu convívio Parlamentar e amigo, associado a sua família, o seu retorno nesta

Curitiba, segunda, em 11.09.95

Casa é uma alegria a todos os demais companheiros e essa Mesa Executiva.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 272/95, 293/95, 297/95, 325/95 e 329/95; e do Projeto de Resolução n.º 014/95.

ORDEM DO DIA:

Levanta-se a sessão.